

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO
INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

THE REPERTOIRES LANGUAGE PRACTICE OF POWER NON- INSTITUTIONALIZED IN SPACE PRISON

Hilderline Câmara Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo versa sobre os repertórios linguísticos enquanto prática de poder não institucionalizado no espaço prisional e é fruto de uma pesquisa de doutorado em Ciências Sociais que teve como tema central a linguagem como prática social no cotidiano da Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP), unidade integrada ao Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte (SISPERN). No aspecto metodológico, o estudo se situa numa abordagem qualitativa, que teve como principal instrumento a entrevista. A investigação foi possível mediante a utilização de instrumentos de coleta de dados, como: a observação direta no cotidiano prisional, o diário de campo como procedimento etnográfico do pesquisador, a análise documental dos prontuários dos internos e a aplicação de entrevista semiestruturada, junto aos sujeitos da pesquisa. Os resultados evidenciaram que o cotidiano prisional da PEP se caracteriza por uma diversidade sociocultural expressa nas relações de poder não institucionalizado, que contribui para a formação e divisão de grupos, de modo que cada um dispõe de um conjunto de códigos/repertórios de sustentação da linguagem. Por isso, a linguagem, no cotidiano prisional, é um dos caminhos para compreender a singularidade das relações de sociabilidade e uma prática social mediada por relações/exercícios de poder e de interesses antagônicos, nos quais cada grupo visa, *a priori*, atender aos seus interesses.

Palavras-chave: Linguagem. Poder. Repertórios linguísticos. Cotidiano prisional.

ABSTRACT

This study versa linguistic repertoires as a practice of power in non-institutionalized prison space, the result of doctoral research in Social Sciences, which was focused on language as social practice in everyday State Penitentiary Melbourn (PEP) unit integrated into the prison system in Rio Grande do Norte (SISPERN). In the methodological aspect, the study lies on a qualitative approach, which had as its main instrument the interview. The research was made possible by the use of instruments for data collection, such as direct observation in the prison routine, daily procedure as an ethnographic field researcher, documentary analysis of the records of the inmates and the application of semi-structured interview with the subject of research. The results showed that the prison everyday PEP is characterized by an explicit sociocultural diversity in non-institutionalized power relations, which contributes to the formation and division of groups, each of which has a set of codes

¹ Doutora em Ciências Sociais, Professora da Universidade Potiguar, Natal – RN.

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGÜÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

/ repertoires of language support. Therefore, the language in everyday prison, is one of the ways to understand the uniqueness of the relations of sociability and as a social practice mediated relations / power drills and antagonistic interests, in which each group seeks to prior, meet their interests.

Key-words: Language. Power. Linguistic repertoires. Prison everyday.

INTRODUÇÃO

A dinâmica do cotidiano das prisões é regida por configurações próprias, formada por indivíduos que estabelecem suas leis, códigos, repertórios linguísticos, padrões de comportamento, práticas culturais, formação de grupos. Além disso, conseguem constituir uma linguagem como prática sociocultural que produz efeitos de sentidos e relações das mais diversas possíveis.

O mundo da linguagem, nas prisões, apresenta-se com múltiplos sentidos e significados, configurando-se, assim, uma prática sociocultural singular, construída, tecida e manipulada nas estratégias de relações de sociabilidade que dão vida à dinâmica do cotidiano prisional, a partir da singularidade desse ambiente.

Este artigo tem como escopo refletir sobre os repertórios linguísticos: práticas de poder não institucionalizado no espaço prisional, e é fruto de uma pesquisa de doutorado que teve como objetivo analisar como a linguagem criada e tecida pelos apenados no cotidiano prisional da Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) produz efeitos de sentidos, pois, ao mesmo tempo que serve para instaurar as relações de sociabilidade, mediante o exercício de um poder não institucionalizado, é também uma forma de resistência aos mecanismos de controle do sistema prisional.

A PEP está localizada à Rua Terra Nova, s/n, Pitimbu, no município de Parnamirim, e foi inaugurada em 27 de março de 2004, aproximadamente a três quilômetros do perímetro urbano. Essa penitenciária tem capacidade para 288 apenados do sexo masculino, sentenciados no regime fechado, com 36 celas coletivas. De acordo com os preceitos legais do art. 87 da LEP, “a Penitenciária – destina-se ao regime fechado; sob o

enfoque de segurança, a penitenciária se define como estabelecimento de segurança máxima” (BRASIL, 1998, p. 130).

Para este estudo, a pesquisa foi de natureza qualitativa, que vai além do simples registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos em estudo, buscando a identificação dos fatores determinantes.

O processo de coleta de dados se deu através das técnicas da entrevista semiestruturada, da observação assistemática e sistemática registrada em diário de campo, da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica com base em autores como: Michel Foucault, Goffman e outros que aprofundam as discussões sobre a coercitividade, as relações de poder, o estigma. É, ainda, na teoria foucaultiana que será trabalhada a questão do exercício do poder no universo prisional como uma das formas de resistência aos mecanismos de controle e disciplina, em especial, do sistema penitenciário da Penitenciária Estadual de Parnamirim. Utilizou-se, também, dos parâmetros legais que amparam o Sistema Penitenciário Brasileiro, como a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e, principalmente, a Lei de Execução Penal (LEP), bem como de legislações estaduais.

2 OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

O espaço prisional para o novo interno é um mundo a ser *conhecido, descoberto, penetrado e inventado*. É um ambiente assustador para os que entram pela primeira vez, sem muitos mistérios, mas com muitas nuances, especificidades e também com múltiplas possibilidades para os que já passaram por ali algumas vezes, visto que o sistema prisional não representa apenas uma simples questão de grades e muros, de celas e trancas, como pensam muitos. Ao contrário, concentra um universo oculto, coercitivo e muito particular. O objetivo maior dessa instituição total está, exatamente, na manutenção da ordem interna, mediante seu poder repressivo. Ressalta-se que o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, sendo assim,

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão [...]; o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1987, p. 183).

Nesse entendimento, observa-se que a cultura produz o poder. Onde estiver presente o homem estará presente o poder, pois o indivíduo passa sempre por uma hierarquia em que procura exteriorizar, mostrando a necessidade de selecionar, classificar, excluir e inferiorizar em qualquer campo de atividade. O autor aduz ainda que o poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, uma relação que somente existe como tal e opera o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos.

Ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre as ações (FOUCAULT, 1987, p. 243).

Através do processo de investigação, percebeu-se, claramente, que as relações e os exercícios de poder no cotidiano e na dinâmica prisional se dividem em duas esferas, a saber: a primeira pelo poder demandado pela instituição e a outra pelo poder exercido pela população carcerária, ou melhor, por alguns grupos, em especial os que controlam a entrada, venda, circulação e pagamento de drogas ilícitas e lícitas (como o cigarro e a bebida) e as influências nas relações externas e/ou internas.

Por esse motivo, Foucault ratifica que o poder incita e induz, sendo uma ação sobre as ações. Ele transforma as relações de sociabilidade, a dinâmica do cotidiano institucional, em especial nas prisões, onde, de um lado, os dirigentes deixam claro que o poder está com eles, como se eles fossem “donos” dos apenados. Durante a pesquisa,

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

surgiu a oportunidade de presenciar falas de alguns dirigentes como: “quem manda no presídio sou eu” e, ainda, “aqui só entra quem eu quero”.

Com base no depoimento a seguir, fica bem claro que na prisão há dois poderes.

Na verdade, dentro da penitenciária existem dois poderes, um dos presos e o outro do sistema. Aqui nesta cadeia não há comando, mais há muitas regras dos presos. Aqui não, mas já tive em cadeia que existia comando de presos, ele comandava e quando saiu outro assumiu o comando e assim, foi já tive em Penitenciária que morreu 26 apenados devido ao comando. Eram presos que dentro da cadeia matavam, roubavam, estupravam e sequestravam outros presos, estupravam mulheres e mães de presos, era uma equipe de 26 anos presos, eles eram o comando. Foi pedaços de gentes para todo lugar dentro da prisão mesmo (Antônio², reincidente, art. 157, 155, 121 (homicídio), 171 (estelionato) do CPB, dentre outros, pena 80 anos).

Por outro lado, a população às vezes permite e tenta mostrar que aceita tal submissão, mas exerce seu poder quando necessário, mostrando suas estratégias de resistência em relação ao próprio sistema institucional, bem como dentro do próprio grupo dos presos. Em síntese, são relações em que os interesses, as conveniências e o poder de mando são expressos através de formas de linguagens como gritos e/ou silêncio, em função dos objetivos desejados, sem grandes perdas e/ou conflitos, quando necessário. Essas relações dão sustentabilidade e concomitantemente fragilizam as relações entre poder institucional e não institucional. Quando indagados sobre o poder e as relações no espaço prisional, os depoimentos a seguir evidenciam os pensamentos de alguns apenados.

O poder nos grupos existe demais, existe demais, o pessoal tem medo de conversar, por exemplo, sobre um negócio que aconteceu na cozinha e já foram dizer que, já chegou ao ouvido do cara que ele ia perder o seu trabalho, mais existe sim o poder aí que tô falando da ditadura que tá existindo, aí tem uma ditadura e, aí vai fazer o que? **Se falar e denunciar é pior.** Pra mim tanto faz tá nesta cadeia aqui, como tá em alcaçuz, ou em outra cadeia, lá no sei pra onde, não vou ser coerente com a ditadura

² Os nomes usados neste estudo são fictícios.

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

nunca (Carlos, art. 157 (roubo), 155 (furto), reincidente, pena 15 anos e 11 meses) (grifos da autora).

Quando o recluso Carlos (esse preso já passou por todos os presídios do estado do RN e já veio transferido do Rio de Janeiro) relata que “denunciar é pior”, evidencia que o silêncio às vezes se torna uma estratégia que em alguns casos evita conflitos e perdas para o apenado, no entanto há casos em que o silêncio faz com que o preso acabe recebendo uma sanção ou até mesmo seja sentenciado por algum crime dentro da prisão para não cabuetar (no repertório deles) o outro.

É incrível a facilidade de circulação de informação sobre os acontecimentos, uma vez que a comunicação circula com uma rapidez impressionante, pois, apesar de existirem grades, portões e considerável distância entre pavilhões, espaço ocupacional e salas das equipes, as coisas fluem com muita habilidade. Por isso, quando indagados se a linguagem é importante na prisão, os entrevistados relataram:

Tudo que acontece aqui o diretor sabe, tudo que se passa aqui na cozinha, na Yoga e lá dentro, porque sempre tem um informante dele, a pessoa que vive fazendo isso, pode-se dizer que pode fazer o que quer, o exemplo eu conheço aqui muitas gente que foi agredida, tem uma pessoa aqui que já vêm anos e anos ditando, ditando regras, fazendo contendas de outros, se você for procurar quantas pessoas tem na Yoga, cozinha, tem na oficina, vai achar uma grande parte aqui, outra grande ali, e pequeninha parte aqui, no um lugar de ressocialização é pra ter 20 aqui, 20 ali, um lugar de ressocialização, é pra ser um lugar para pessoa ter a mente ocupada (José, art. 33 (tráfico de drogas), 157 (roubo), pena 11 anos).

Por essa natureza, a dinâmica no cotidiano prisional é regida por configurações próprias, constituída por indivíduos que estabelecem suas próprias leis, códigos, modos de vida, ordens, regras e relações de um poder paralelo no universo carcerário, distinguindo-se em grupos específicos. Sendo assim, esse espaço prisional é constituído também por exercícios de poder não institucionalizado, de incoerências compostas por junções e conflitos, ou melhor, é um espaço com múltiplas possibilidades de sociabilidade e em constante construção.

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

Nenhum domínio se contenta com a obediência que não passa de submissão exterior pela razão, por oportunidade ou respeito; procura também despertar nos melhores a fé em sua legitimidade, ou seja, transformar a disciplina em adesão à verdade que ele representa (FREUND, 1987, p. 166).

Considerando o próprio fluxo contínuo e rotativo de indivíduos que passam pelo sistema prisional, com suas histórias, trajetórias socioculturais e econômicas, aponta-se para ações e reações diferentes frente à instituição e suas normas. A cultura no universo prisional diferencia-se das demais devido a sua configuração e função própria, ou seja, um significado muito particular com condutas simbólicas, pois a cultura é fruto da organização, da estruturação e do humano, diante, claro, das suas reais condições de sobrevivência e do contexto no qual o indivíduo está inserido. Dessa forma, é importante valorizar e respeitar os padrões socioculturais de determinada cultura.

Esse fato se torna cada vez mais rotineiro e normal dentro dos estabelecimentos penais, tanto no estado do RN como também no país em sua totalidade, onde a linguagem torna-se um elemento relevante, pois pode ser considerada, como toda e qualquer forma de comunicação, transformadora e/ou modificadora do comportamento humano. Os depoimentos abaixo refletem o que os indagados pensam acerca dos repertórios linguísticos, no sentido de apontar ou não para o exercício de poder não institucionalizado e se este afeta as relações de sociabilidade entre a população carcerária:

Com certeza. Como você trabalha no setor, no presídio que é para reeducar, não é para marginalizar, colocar mais pensamentos ruins, mas muita gente que trabalham aí com muita raiva, com ódio, toda hora a aquela pessoa lhe perturbando, **como é você vai trabalhar no lugar que o próprio apenado dita regras**, trabalhei nesta cozinha, [...] nunca recebi um salário, exercia três funções aí dentro da cozinha, cortando verduras, fazendo faxina e ainda tinha que alimpar as coisas, nunca tive folga e tinha a perturbação do inimigo (José, art. 33 (tráfico de drogas), 157 (roubo), pena 11 anos) (grifos da autora).

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

A linguagem é uma forma de driblar a hierarquia, a polícia, a gente passa pelo sistema, está no sistema, existe uma regra que é da polícia (Antônio, reincidente, art. 157, 155, 121(homicídio), 171 (estelionato) do CPB, dentre outros, pena 80 anos).

Pode-se verificar que a fala do entrevistado José exprime muita indignação. O fato de o próprio preso determinar as regras é como se a instituição não tivesse cumprindo seu papel, deixando clara a incúria por parte da instituição em relação à sua missão e à responsabilidade em custodiar pessoas que infringiram as leis coletivas. Para Foucault (1987), o poder é uma teia invisível e a relação do poder está presente nas facções criminosas, do tráfico, do mundo prisional, em especial. Para o autor, “o poder é multiplicador: eu controlo e o outro me controla”.

A partir desses depoimentos, pode-se observar que a linguagem aponta para o exercício do poder, que se reflete na sociabilidade, já que as relações estabelecidas entre os presos recebem conotação própria, visto que são construídas no próprio espaço prisional e por eles mesmos, em consonância com a cultura de cada um e com as reais condições do mundo penal.

O mundo social é cada vez mais constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações existem, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o imaginário efetivo (ou o imaginado). É só relativamente a essas significações que podemos compreender, tanto a “escolha” que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins os quais ela subordina a “funcionalidade” [...] (CASTORIADIS, 1982, p. 177).

Nesse íterim, os símbolos, gestos, expressões corporais e faciais, o brilho nos olhos, percebido em algumas situações, tudo isso dentro de um contexto, podem ser entendidos como formas de comunicação, tanto a percepção de uma linguagem não verbal quanto a reação a ela podem ser conscientes ou inconscientes. A linguagem não serve apenas para designar uma realidade preexistente, já que ela faz muito mais que isso: organiza (constitui) para nós o mundo em que vivemos (ORLANDI, 1987). Então, ela não é somente instrumento de pensamento ou de comunicação. Na visão foucaultiana,

isso significa que “[...] a troca e a comunicação são figuras positivas, que atuam no interior de sistemas complexos de restrições; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 38).

Os repertórios linguísticos criados e tecidos entre os apenados da PEP são os mais diversos possíveis e mudam conforme a situação. Cabe expressar que o conceito de sentido usado neste estudo é o seguinte:

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam para as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2004, p. 41).

Dessa forma, pode-se compreender a linguagem como prática social com efeitos de sentido, por meio da qual os sujeitos se posicionam em relações de sociabilidade no cotidiano. Sendo assim, dar sentido ao espaço social é uma força poderosa e inevitável na vida em coletividade, pois, no pensamento de Santaella (2004, p. 10), “[...] as linguagens crescem e se multiplicam na medida mesmo em que são ininterruptamente inventados os meios que as produzem, reproduzem meios estes que as armazenam e difundem”.

A partir de um repertório que é criado e tecido pela população carcerária, a comunicação se torna mais fácil e produz sentidos e significados muito particulares, que visam atender as necessidades e as demandas dentro do espaço prisional. Cabe ressaltar que os repertórios doze e dezesseis são utilizados para o delito do Código Penal Brasileiro, sendo que o art.12 diz respeito ao tráfico de drogas, enquanto o art. 16 corresponde ao dependente químico. Por esse motivo, um apenado é chamado pelos números doze ou dezesseis por ter cometido esse delito. Já o art. 121 é referente ao homicídio e um sete um faz relação ao art. 171 (CPB), classificado como estelionato..

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

Essa classificação se dá pelo contexto social da prisão, onde as relações sociais se estabelecem de forma muito singular, ou melhor, de maneira interna e revestida por padrões culturais, considerando que

cada cultura tem sua lógica interna, a qual deve ser conhecida para que faça sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar as variedades de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos (SANTOS, 2004, p. 8).

Na etapa de observação, percebeu-se que muitos deles se chamavam assim, como se os artigos fossem seus nomes. Os apenados estão acostumados a ouvirem e a serem chamados pelo artigo que cometeu ou pela alcunha (apelido da prisão ou da rua), mas raramente pelo nome. Isso ocorre também em relação aos agentes penitenciários, que não conhecem o apenado pelo nome e por isso fazem a transposição da alcunha, do artigo cometido ou da cela e do pavilhão para o preso, pois, pelo nome, eles geralmente não conseguem identificar o recluso.

Na prisão, o direito de ser chamado pelo próprio nome, previsto na LEP, é um direito mínimo, que não requer muitos recursos e esforços, apenas a pronúncia da palavra, pois, se eles conseguem assemelhar e decorar o apelido, o artigo, que é algo muito específico, a cela e o pavilhão, podem simplesmente lembrar e chamar o recluso pelo seu nome próprio, mas o fato de não fazerem é repleto de simbolismo. Isso demonstra também a falta de respeito pela dignidade da pessoa humana.

Essa realidade representa mais uma forma de estigmatização em relação à população carcerária, que perde o essencial dos seus direitos humanos, o de ser chamado pelo seu próprio nome. Assim, “[...] o que é difícil de perceber é que a identidade pessoal pode desempenhar, e desempenha um papel estruturado, rotineiro e padronizado na organização social justamente devido à sua unicidade” (GOFFMAN, 1980, p. 67). Nessa perspectiva, os sujeitos estigmatizados passam a ser identificados pelos aspectos

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

“negativos”, em que o estigma cria um círculo de discriminação e exclusão social, cultural e econômica, que gera o preconceito e a perpetuação da desinformação.

Quando indagados se o repertório linguístico exerce uma função, se contribui para a convivência na prisão e como ele é utilizado, os depoimentos a seguir mostram:

Na linguagem popular é maconha, mas, se eu tiver falando com um traficante e a senhora chegar no portão, eu digo fulano mande dois dedos de café, beltrano isso na frente de todo mundo, os agentes assim, fale a fulano se meu chocolate chegou, diga que tô precisando de um pedacinho para tomar um copo com água. Certo, falando de maconha. Agora falando de crack, fulano seu rádio tá funcionando com as pilhas, porque **o crack é amarelo**, e a pilha antiga é amarelinha, fulano teu rádio lá, tá pegando lá, tem pilha lá, tô doido para comprar algumas pilhas, o controle da TV tá sem funcionar, quer quantas pilhas, 2, 3 pilhas. Certo? (Paulo, art. 121, pena 21 anos e 8 meses) (grifos da autora).

Com certeza, com certeza, às vezes socializa às vezes é diferente de um presídio pra outro. Quando eu tava no provisório a maconha a gente chamava de **bolbacha**, aqui tô vendo chamar de **café, de shira**, tá entendendo? Muitas vezes tô lá em cima aí e gritam: meu irmão manda aí uma **shira**, representa uma mulher de força, o agente não vai descobrir. O cara tá conversando: meu tem aí a **shira**, manda uma, quem danado vai saber o que é **shira**? Só quem sabe é a gente aqui, lá eu conhecia como bolbanja, aqui conheço por **shira**. Falando do crack lá chamavam de **rapadura amarela**, aqui conhece como **manteiga**, meu irmão manda uma **manteiga** aí (Pedro, reincidente, seis homicídios (art. 121), 157 (roubo), pena 208 anos) (grifos da autora).

Os repertórios linguísticos citados não correspondem à totalidade do *corpus*, porém são suficientes para demonstrar que as formas de produção e de efeito de sentidos na comunicação específica circulam no cotidiano prisional, funcionando e tendo uma aplicabilidade distinta da sociedade civil, ou seja, uma representação social distinta. Com isso, a prisão é um espaço que se configura num campo rico para o estudo da linguagem como prática social.

O que distingue a linguagem de todos os outros signos e lhe permite desempenhar na representação um papel decisivo não é tanto o fato de ser individual ou coletiva, natural ou arbitrária. Mas, sim, o fato de que ela

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

analisa a representação segundo uma ordem necessariamente sucessiva [...] (FOUCAULT, 1999, p. 113).

Evidencia-se, assim, que a linguagem não é estática, mas expressão viva de cultura, de sociabilidade humana, de relações/exercício de poder e de resistência ao sistema prisional. Sendo assim, a cada momento, modifica-se, visando atender às necessidades de comunicação, de relações intra e extramuros prisionais e do exercício do poder não institucionalizado em nível interno e/ou externo à prisão.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais, em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo aquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada (BAKHTIN, 2006, p. 41).

A produção desses repertórios linguísticos mostra que o indivíduo isoladamente não se produz, mas, a partir da sua relação com o outro, com o espaço e com a estrutura social na qual está inserido, se constitui elemento central para seu empreendimento social de natureza coletiva. Sendo assim, percebe-se que na realidade prisional da PEP o universo de criação linguística é bastante variado e com configurações específicas, para que eles possam se comunicar de qualquer forma e, assim, atingir seus objetivos, independentemente de qual seja, como o uso da droga, solicitar ajuda e até mesmo como estratégia para matar outro apenado, como é o *caso do carro na pista*.

A linguagem detém um sentido e uma aplicabilidade, conforme o cenário sociocultural em que é produzida, processada e em função das intenções/objetivos dos sujeitos em determinado espaço. Na prisão, a linguagem como prática social e ação inerente à espécie humana se apresenta como elemento singular no cotidiano, onde a liberdade se constitui o *sonho* de todos. Para Oliveira (2006, p. 166), “portanto, sua

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

linguagem só se compreende a partir da organização institucional da forma de sociabilidade na qual ele está situado, que é a raiz de seu comportamento no mundo”.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar (FOUCAULT, 1999, p. 16).

Através dos depoimentos a seguir, pode-se perceber que a linguagem no espaço prisional tem a função de contribuir, de mediar e de facilitar a comunicação entre os apenados e entre os pavilhões, ou seja, ela é criada com fins particulares e com efeitos de sentidos diversos. Além de representar um repertório com significado e valor moral, ela está na base do código de conduta/honra, contribuindo no respeito que o apenado dispõe junto aos demais, por isso a linguagem também delimita estruturas para o exercício de poder. Como relatam os entrevistados,

Ela é criada para ajudar a gente dentro do pavilhão, por em outras cadeias se falam em língua de sinais, e outros na língua do P. Falo pouco a língua do P, faz muito tempo que não falo [...] (João, art. 213 (estupro), 155, 157, pena 19 nos, 9 meses e 90 dias de multa).

No momento da entrevista, o apenado João falou algumas frases-palavras na língua do **P**³. Observou-se que em cada prisão onde eles cumprem pena aprendem repertórios diferentes e com significados e sentidos também diversos, variando conforme o espaço e a situação. Assim, na concepção de Orlandi (2007, p. 32), “a linguagem é conjunção significante de existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação”, ou seja, para dar os significados que o homem deseja no momento, para que assim se tenha a compreensão dos efeitos de sentido objetivados. Sendo assim, a linguagem se constitui elemento para congregar, unificar o sentido, bem como os sujeitos.

³ Na língua do P, todas as palavras pronunciadas são iniciadas com o P, no lugar da letra inicial original da palavra.

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação linguística. A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 56-57).

Quando indagados se essa linguagem é uma das formas de resistência ao controle institucional do sistema penal, muitos responderam que sim, conforme os depoimentos abaixo:

Os códigos são pra driblar, pra avisar que a polícia está chegando, porque **a gente sabe que na cadeia existe celular, tem drogas, telefones, existem armas** dentro da cadeia e qualquer um daquele que for pego com qualquer coisinha vai responder uma sindicância (Antônio, reincidente, art. 157, 155, 121 (homicídio), 171 (estelionato) do CPB dentre outros, pena 80 anos) (grifos da autora).

São criados e quando a polícia consegue captar os códigos, porque vaza pra polícia, e quando a polícia já sabe o que está acontecendo aí eles trocam de código, para falar ao telefone, código para mandar algo pra outro, mandar uma mensagem para alguém (Carlos art. 157 (roubo), 155 (furto), reincidente, pena 15 anos e 11 meses).

As vozes refletidas nos discursos em análise mostram que a linguagem no cotidiano prisional como prática social também é um dos mecanismos de resistência às formas de controle do sistema prisional. No depoimento de Antônio, ele relata claramente a existência de equipamentos que não são permitidos na prisão, por isso, em todas as revistas realizadas pelos agentes penitenciários, com o apoio da escolta militar, são encontrados tais equipamentos. Como explicar um ambiente em que a segurança é prioridade e a custódia de pessoas que infringiram à lei é meta central? O entrevistado Carlos fala que códigos servem para várias formas de relações e interesses, conforme o momento e a situação, e que são constantemente recriados.

Dessa forma, o efeito de sentido “é, pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 22). A linguagem nos escritos da autora estabiliza o movimento dos

sentidos, em que “a linguagem é conjunção significativa da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação” (ORLANDI, 2007, p. 32), ou seja, para produzir significados que o homem deseja no momento, para que, assim, se tenham as interpretações, unificações e agregações dos sentidos e dos sujeitos.

Nessa perspectiva, na concepção da autora, os discursos também têm formas institucionalizadas que os definem muito bem, o que foi relevante para o objeto deste estudo, pois na esfera institucional há normas, regras e, portanto, tais discursos trazem em suas formas aspectos importantes do cenário institucional, deixando claro que, na linguagem, os discursos que circulam no cotidiano prisional mostram suas características, regras, normas, dinamicidade e um efeito de sentido muito particular, expondo ainda que o sujeito é parte do processo histórico e que nada é pronto e acabado, mas sim fruto de toda trajetória sociocultural e da história.

À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo traz reflexões que conduzem para a percepção de que no cotidiano prisional todas as formas de comunicação também têm sentido, significado e se configuram como uma forma de linguagem e de que compreender o cotidiano prisional implica entender os efeitos dos repertórios linguísticos como uma das expressões vivas de linguagem, a qual representa também o cenário institucional e, portanto, sociocultural em que é construída e tecida.

Partindo dessas considerações, a linguagem no espaço prisional torna-se mecanismo de ordenação de um novo modo de existir, mesmo que a privacidade do apenado tenha sido destituída sob o discurso da vigilância, disciplina e normas constantes. É por meio dessas reflexões que se busca analisar a linguagem como elemento de singularidade no cotidiano prisional, tecidas pela população carcerária.

Nesse sentido, a linguagem exerce um poder além da comunicação, pois favorece as relações de sociabilidade, produzindo efeitos de sentidos distintos na dinâmica

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

prisional e, assim, conseqüentemente, é representada tanto de forma verbal como não verbal, através de gírias⁴, tatuagens, códigos, signos, que compõem o repertório linguístico desse espaço.

Nesse universo, a linguagem foge à compreensão daqueles que não estão inseridos no espaço prisional, estabelecendo também uma forma de identificação dos sujeitos de cada grupo, além de garantir a unidade da comunicação e de padrões culturais.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Volochínov. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2010. (Coleção de Leis Rideel).

BRASIL. **Código Penal**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 1999. (Coleção de Leis Rideel. Série Compacta).

BRASIL. **Lei de Execução Penal (LEP)** n. 7.210, de 11 de julho de 1984. São Paulo: Rideel, 1998 (Série Compacta).

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

⁴ Termo de origem francesa – Argot. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

INTER-LEGERE

OS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS: PRÁTICAS DE PODER NÃO INSTITUCIONALIZADO NO ESPAÇO PRISIONAL

Hilderline Câmara Oliveira

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma T. Murchais. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. São Paulo: Forense, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3. ed. Tradução de Márcia B. de Melo L. Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara. **Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte**: Penitenciária Estadual de Parnamirim. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Manfredo A de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2006.

ORLANDI, Eni P. **O que é linguística**. São Paulo: Contexto, 1987. (Coleção Primeiros Versos).

ORLANDI, Eni P. **As formas de silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e reprodução de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.